

A EDUCAÇÃO FÍSICA BRASILEIRA DA DÉCADA DE 80 A DE 90: A DISPUTA INTELLECTUAIS TRADICIONAIS X INTELLECTUAIS ORGÂNICOS NA CONSTRUÇÃO DE SEU CAMPO ACADÊMICO¹

Marcelo Guina Ferreira*

"...eu nem sei se quero transformar o capital..."

Prof. Mauro Betti em discurso por ocasião do X Combrace (Goiânia/GO, 20 a 25/10/97).

"...a luta continua; e a luta agora é prá vencer!"

Prof^ª. Celi Taffarel em discurso por ocasião do X Combrace (Goiânia/GO, 20 a 25/10/97).

Unitermos: Educação Física - Epistemologia - Sociologia do Conhecimento

Resumo

Neste texto abordamos duas análises da educação física brasileira na década de 80: a de Vitor Marinho analisa a disputa consenso x conflito - a de Jocimar analisa a emergência do campo acadêmico da educação física, propondo a superação de polarizações (biológico / 'conservador' x social / progressista) em favor de uma comunicação entre as tendências que constituem aquele campo. Defendemos a visão de que nos anos 90, a consolidação do campo pedagógico / científico da educação física inclui tanto o ponto de vista proposto por Jocimar, quanto não exclui a disputa consenso x conflito. Sugerimos, porém, que tal disputa atingiu outro patamar histórico, sendo um deles o conflito entre intelectuais orgânicos e intelectuais tradicionais.

INTRODUÇÃO

Sabemos da importância e especificidade da década de 80 para a Educação Física (EF) brasileira. É sabido, por exemplo, que nesta década emerge um pensamento pedagógico que Betti (1991) chamou de "discursos pedagógicos inovadores" (p.11), Castellani (1988) de "tendência histórico-crítica" (p.221), Ghirdelli (1988) de "Educação Física Progressista" e Bracht (1992) de "Educação Física Revolucionária" (p.27). Enfim, para todos os casos um pensamento pedagógico que segundo estudo do prof. Vitor Marinho de Oliveira (1994) incorporou em sua

"produção teórica (...) a discussão consenso x conflito", apontando "para a manutenção ou para o questionamento da ordem social" (p.28).

A importância e especificidade da década de 80 é tal que Jocimar Daólio (1997) também se propôs estudá-la, analisando seus autores e atores sob uma ótica distinta. Para Daólio a "cientificidade da área foi engendrada a partir de polarizações do tipo progressista x reacionário, esquerda x direita, social x biológico, impedindo, muitas vezes, o diálogo entre pessoas" (p.182). Para ele um olhar etnográfico-antropológico sobre a década de 80, permite hoje um "estranhamento em relação a ela" que contribuiria para "uma melhor comunicação

¹ Gramsci (1982) define o intelectual por sua função e não por um aparato de intelectualidade, i. é., para ele é mais importante a função do intelectual do que ser 'intelectual'. Assim, orgânico é aquele intelectual que se imiscui ativamente na vida prática, como construtor, organizador, persuasor permanente... O intelectual orgânico está empenhado em acentuar as crises, provocar as contradições e organizar sua classe em função de uma nova hegemonia. Já o intelectual tradicional ajuda a manter, renovar e/ou ampliar a hegemonia dominante, pois a maior parte desta categoria ou tem origem de classe na burguesia e visa perpetuar seus privilégios históricos, ou as classes dominantes infiltram-se nas subalternas para atrair outros intelectuais tradicionais para seus interesses de manutenção do *status quo*. Assim, cada grupo social cria ou assimila para si, de modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da sua própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social, político e, neste caso, tudo isto não pode ser separado dos campos pedagógico e científico da educação física.

* Prof^ª Assistente I da FEF/UEG onde leciona Basquetebol e Biomecânica.

entre os representantes” das mais diversas ‘correntes’ na EF, como requisito para um debate acadêmico profícuo na área (ibidem).

Com base nestas duas propostas distintas de análise teórica da década de 80 - a de Vítor Marinho (VM) e a de Jocimar Daólio (JD) -, pretendemos discutir até que ponto desvelar o contexto histórico em que foram produzidas, nos permite entender que, tanto a disputa por hegemonia no pensamento pedagógico/científico da EF, quanto a construção de seu campo acadêmico incluem, e não excluem: a) a polarização consenso x conflito; b) o diálogo frutífero, acadêmico, entre suas mais diversas ‘tendências’. Nosso objetivo é não só defender este ponto de vista, mas propor que a análise de VM, fruto de um contexto histórico de ascensão das esquerdas no país, especialmente na área da educação, refletia tal processo; a análise de JD, no contexto de uma ascensão ideológica da ‘nova’ direita (neoliberal, pós-moderna, pós-crise do Leste Europeu, pós-marxista, etc.), reflete este outro processo em maior ou menor grau.

O campo acadêmico da Educação Física: unidade na diversidade, mas sem conciliação.

Para Daólio, nos anos 80 a EF começa a superar um antigo respaldo apenas biológico e incorpora análises sociais que antes quase inexistiam, o que levou a que pela primeira vez na área fosse constituída uma comunidade científica. Tudo isto gerou um debate “altamente positivo” (p.183) mas acirrou posturas ideológicas, e “o que era para ser um saudável debate acadêmico, transformou-se em disputa por espaço no terreno científico da educação Física”, especialmente devida a forte tensão entre “representantes de linhas teóricas diferentes” (ibidem). De nossa parte, pensamos que não poderia ser outro o caminho de construção do campo acadêmico da EF, a não ser este em que “linhas teóricas diferentes” entram em conflito, afinal, à medida em que a EF incorporava “análises [das ciências] sociais”, necessariamente ela também incorporava um componente típico destas, i. é.: “todo conhecimento e interpretação da realidade social estão ligados, direta ou indiretamente, a uma das grandes visões sociais de mundo” (LÖWY, 1994, p.13), entendendo por visão social de mundo “um conjunto relativamente coerente de idéias sobre o homem, a sociedade, a história” e ligada “aos interesses e à situação de certos grupos e classes sociais”

(ibidem). É claro que discordamos de ataques pessoais, posturas maniqueísmos, dogmatismos etc., que nada contribuem para nosso desenvolvimento científico/pedagógico. E certamente é contra isto que Daólio se insurge. Porém, não entendemos ser possível, como sugere Daólio, tratar esta questão apenas sob um ângulo no qual, nos despiando de “rancorosos preconceitos” podemos considerar “as opiniões divergentes [não] como desiguais, [mas] ao invés [disto, considerá-las apenas] diferentes” (ibidem). Aqui gostaríamos de fazer um paralelo com a análise que Löwy (op.cit.) faz das afirmações de Karl Popper que disse: “alguns cientistas sociais são incapazes e mesmo indispostos a falar uma linguagem comum. Mas a razão não é o interesse de classe...” (apud ibid., p.55)², e isto impediria a unificação da linguagem no interior de uma comunidade acadêmica. Para Löwy a razão de tudo isto consistia em que Popper rejeita, “in limite, a explicação pelo interesse de classe, sem oferecer nenhuma outra” (ibidem). É bem verdade que este não é o caso de Daólio que oferece sim outra explicação - a polarização acirrada do campo ‘biológico’ contra o ‘social’ etc. -. Entretanto, o campo acadêmico da EF nos anos 80, tendo incorporado “linhas teóricas” tão díspares como as pedagogias do consenso e do conflito, conforme o estudo de VM, não poderia se furtar a viver este tipo de embate ideológico. Assim, julgamos que não basta tomar as “opiniões divergentes” como diferentes, porque certas vezes elas são mais do que isto, são antagônicas, inconciliáveis. Nos parece que o estudo de JD carece deste tipo de análise, mais presente na obra do Vítor. Assim, por um lado, concordamos com JD, pois

... Compreender e valorizar com realismo a posição e as razões do adversário significa justamente estar liberto da prisão das ideologias (no sentido pejorativo, de cego fanatismo), isto é, significa colocar-se em um ponto de vista “crítico”, o único fecundo na pesquisa científica (GRAMSCI, 1989, p.31)

Mas por outro, falta em sua abordagem uma visão de que os homens sempre serão vítimas do engano próprio ou dos outros, se não descobrirem “por trás de todas as frases, declarações e promessas morais, religiosas, políticas e sociais, os interesses de uma ou outra classe” (LÊNIN, 1977, p.38).

² O autor refere-se a obra de K. Popper. “Die Logik Sozialwissenschaft”, em Positivismusstreit, p.113.

Uma importante contribuição de JD diz respeito a sua análise antropológica que vê a cultura “como um processo dinâmico e simbólico”, em que a “função do antropólogo é mapear esse universo de significados”(p.184) buscando discutir o pensamento de uma dada comunidade. Com isto ele visa ampliar a comunicação no seio da comunidade acadêmica da EF, pois “... a maior contribuição de (...) uma etnografia do pensamento acadêmico é expor as diferenças entre áreas científicas, não para acirrar disputas entre elas, (...) mas para melhor comunicação entre elas” (p. 185). De fato o respeito a diversidade num tempo em que a mundialização engendra um forte sentido de multiculturalismo é parte integrante de qualquer projeto democrático. Segundo Sacristán (1995), o multiculturalismo é a pretensão dos que aspiram à uma

educação para a democracia e a tolerância em um mundo que, por influência dos meios de comunicação, tem, mais do que nunca, a consciência de ser plural; onde os indivíduos, por exigências (...) [diversas] tem que se relacionar com os povos de tradições culturais muito diferentes (p.106)

Contudo, não basta reconhecer as diferenças entre culturas; elas são também desiguais em poder material e simbólico. Este ‘olhar’ sociológico (mais presente na obra do Vítor) que complementa a antropologia de JD é fundamental. Embora JD não deixe de focalizar isto, o faz numa concepção que deve ser complementada com a contribuição de VM, de forma a não excluirmos a disputa consenso x conflito da construção do campo acadêmico da EF - e não estamos afirmando que esta seja a intenção de Daólio. Aliás, ele mesmo disse: “não estou (...) defendendo a igualdade de opiniões ou a camuflagem de antagonismos”(p.190). Entretanto, estamos adotando uma postura semelhante a assumida por Abib (1997) que diz:

ao analisarmos com maior profundidade a obra de Daólio, percebemos que ela carece de uma análise mais aprofundada sobre os mecanismos de dominação e alienação presentes em nossa sociedade - talvez por não ser esse o propósito da Antropologia - contudo, em nosso enten-

der, esses aspectos são imprescindíveis se quisermos caracterizar a Educação Física, enquanto disciplina capaz de contribuir para uma maior consciência crítica dos alunos em relação à sociedade (p.92)

E prossegue:

por essa razão, a proposta pedagógica que ora defendemos, pressupõe a síntese dessas duas concepções analisadas - a Educação Física Crítico Superadora e a Educação Física Plural - através da superação de suas próprias limitações, pois entendemos que somente ao se complementarem, através da utilização mútua dos elementos teóricos de análise que as caracterizam, podemos avançar no sentido de construção de uma proposta pedagógica de Educação Física realmente transformadora, em consonância com o nosso tempo, e com um projeto de sociedade mais humano e justo (ibidem)³

Complementar o estudo de JD, na perspectiva acima aludida, significa ir além do fato de que, conforme ele mesmo falou, não existiu nos anos 80 na EF acordo quanto ao uso comum do termo “progressista”, pois enquanto Celi Taffarel definia progressista a partir de dados históricos tais como a criação do Partido dos Trabalhadores e da CUT, os movimentos populares organizados, a volta de exilados políticos etc.; Vítor Matsudo mencionava sua oposição a “uma postura governista quando preferiu criar o CELAFICS a fazer pesquisa de aptidão física...” (p. 187); já Go Tani foi para o Japão buscar elementos para uma compreensão de como o indivíduo processa “informações visando ao desenvolvimento e aprendizagem de habilidades motoras, enfatizando a qualidade do movimento e contrapondo-se à ênfase vigente do estudo da quantidade do movimento” (p.187). Enfim, para JD

parece que ser progressista naquela época na Educação Física significava, além de se opor claramente ao regime militar, negar a ênfase biológica na consideração do ser humano, legado histórico da Educação Física brasileira(...), ampliando seus referenciais teóricos e aproximando-a das ciências humanas (ibidem)

³ Abib analisou o livro *Metodologia do Ensino de Educação Física*. SP: Cortez, 1992, de autoria do Coletivo de Autores; e a obra de Jocimar Daólio *Da cultura do corpo*. Campinas: Papirus, 1995.

Assim, a questão era simplificada e reduzida a dois pólos: o biologicista/reacionário e o social/de esquerda. E isto, para JD, “parece ter atrasado o debate efetivamente acadêmico necessário para o desenvolvimento da área” (p.188). Corretas as observações de JD. Todavia, ele afirma: “o debate travado na década de 80 não priorizou a discussão sobre a interação entre os aspectos biológicos e cultural do ser humano, preferindo utilizar essas palavras como bandeiras de luta contra o outro grupo” (p.188). E, agindo assim, “esses termos - biológico e cultural - viraram rótulos para definir ou estigmatizar pessoas, pesquisas ou publicações” (ibidem). Ora, nos termos desta bipolaridade é realmente arriscadíssimo dizer quem é ou não progressista, já que isto pode levar a equívocos tão bem detectados por JD. Por estes motivos, sugerimos que a discussão sobre ser ou não progressista deve ter outro enfoque, precisamente aquele da obra do VM. E mais, como bem disse VM no seu estudo, parte da produção teórica da EF nos anos 80 avançou significativamente com “formulações políticas mais consistentes”, as quais centralizavam “suas críticas no verdadeiro alvo - o capitalismo-...” (p.184), denunciando “não apenas as manifestações como também a raiz dos problemas criticados” (ibidem). Para VM, já naquela época não bastava ser contra o regime militar ou ser contra a visão dicotômica biológico-cultural que cinde o movimento humano em partes estanques. Na verdade, a discussão sobre o termo progressista precisa ser situada num plano em que, “não se reconhecendo [nossa] sociedade como capitalista corre-se o risco de falar sobre uma sociedade qualquer”. E “por mais que valores como a solidariedade, a igualdade, a liberdade e a dignidade façam parte de qualquer agenda que pretenda justiça...”, nunca devemos “esquecer que a sociedade brasileira é capitalista” e “como qualquer sociedade de classes, é injusta e exploradora, e o máximo que se consegue é diminuir as desigualdades” (p.182). Logo, “opor-se a uma postura governista” recusando-se “fazer pesquisa de aptidão física visando à descoberta de talentos esportivos...”, ou ainda enfatizar a qualidade dos movimentos “contrapondo-se à ênfase vigente do estudo da quantidade do movimento” e mesmo evitar “a repetição pura e simples de movimentos (...) ampliando o próprio conceito de infância para a Educação Física” (como disse Freire à JD), pode não ser suficiente se usarmos o critério ora proposto, i. é., as pedagogias do consenso e do conflito. De fato, à luz deste critério podemos observar que, se por um lado, JD percebe que

o enredo da trama que estava sendo encenada no Brasil dos anos 80 era de conteúdo eminentemente político, visando resgatar a democracia vilipendiada pela ditadura. A Educação Física como a sociedade brasileira de maneira geral, passaram por essa politização e ideologização do discurso. Para além das questões específicas da Educação Física (...), havia a necessidade de se posicionar ante o quadro político nacional (p.188)

E mesmo que com isto João B. Freire afirme “que não participa mais de certos fóruns de discussão onde existe animosidade por parte dos colegas”, ou que Lino dissesse que este debate “não teve sustentação acadêmica, constituindo-se em luta por poder político” (ibidem). Por outro, não há dúvidas de que o critério proposto está presente à medida em que as diferentes posturas ideológicas vão sendo explicitadas. Celli e VM, p. ex., falam “dos colegas que continuaram abraçando a bandeira do socialismo e de outros que a abandonaram”, enquanto Matsudo “lamenta a tomada do CBCE pelo grupo marxista...” (p.188). Assim, de novo reforçamos nossa idéia de que a análise de JD deve ser complementada com a de VM, pois, se é preciso avançar na construção do campo acadêmico da EF, evitando debates sem maior “sustentação acadêmica” e restritos apenas a um único sentido, o da “luta por poder político” (quando poderiam ser muitos os sentidos); se devemos considerar de fato insustentável que pessoas não freqüentem “certos fóruns de discussão onde existe animosidade por parte de colegas” (quando podemos optar por formas de convívio tolerantes); por outro lado, também não podemos perder de vista que, para analisarmos o campo acadêmico e/ou pedagógico da EF “torna-se fundamental conceituá-los em função da organização social que os produziu” (OLIVEIRA, op.cit., p.182). Numa sociedade dividida em classes, como a nossa, tal divisão se expressa (mesmo com relativa autonomia) nos mais distintos âmbitos de seu pensamento social, como é o caso do pensamento pedagógico e científico da EF. Um exemplo disto é dado quando JD afirma que, a partir dos anos 90, quando alguns professores - quase todos mestres nos anos 80 - concluem seus doutoramentos, o campo acadêmico da EF adquire mais maturidade e embasamento teórico. Para JD, “... o Doutor de hoje incorpora um personagem mais estruturado, mais tradicional, com um papel mais definido (...) é no doutorado que ocorre uma profundidade de

análise...” (p.189). Não há porque não concordar novamente com JD. Mas também aqui julgamos necessário complementar esta concepção com o estudo do VM, pois o contexto histórico dos anos 90 já vem marcado por uma nova “pedagogia da política” e uma nova “política da pedagogia”, instaurada pela ‘nova’ direita neo-liberal/conservadora cujo discurso, quando

... se torna hegemônico, não apenas coloca “novas” questões, introduz novos conceitos e categorias; ele, sobretudo, desloca e reprime outras categorias, obscurece a memória popular, ocupa o lugar de categorias que moveram nossas lutas no passado, redefinidas agora como anacrônicas e ultrapassadas (SILVA, 1995, p.21)

Tal fato é inclusive captado de certa forma por Celli e Vítor, que em entrevista a JD apontam como uma das causas “... para o enfraquecimento dos debates na Educação Física o próprio refluxo do movimento revolucionário internacional...”, levando companheiros que antes lutavam por uma EF assim engajada, a “abandonarem esses ideais” (p.189:190).

Desta forma, se queremos não perder de vista a ótica do conflito, precisamos sim elevar o embasamento teórico e a maturidade acadêmica na EF, sobretudo por ser “relevante a continuidade do pensamento científico e do debate acadêmico na [mesma]”, em moldes qualitativamente novos e superiores aos da década anterior, conforme aliás proposto por JD (op.cit., p.190). Entretanto, entendemos que o contexto dos anos 90 é marcado por um fenômeno que Petras (1994) chamou de “os intelectuais em retirada” (p.16), e que se caracteriza por

uma transformação fundamental nos intelectuais latino-americanos: uma mudança do marxismo para as políticas liberal-democráticas, do apoio aos movimentos do poder popular às instituições parlamentares burguesas, do igualitarismo à mobilidade social, do anti-imperialismo à “interdependência”[etc.]. Estruturalmente, [estes] intelectuais deixam de ser orgânicos [i. é.] conectados e dependentes dos movimentos populares para tornarem-se intelectuais institucionais atados a agências de financiamento e suas prioridades intelectuais (p.18)

De fato, pouco a pouco a América Latina perde boa parte de seus outrora intelectuais orgânicos, ou seja, “escritores, jornalistas e economistas comprometidos diretamente com as lutas sociais e políticas contra o imperialismo e o capitalismo. Eram parte integrante dos sindicatos, movimentos estudantis e partidos revolucionários” (ibid., p.17).

Com isto, se por um lado é verdade que a consolidação do campo acadêmico da EF nos anos 90 (fruto de um processo iniciado sobretudo nos 80) exige uma conscientização, por parte dos que nele atuam, quanto a necessidade de desenvolvermos valores e atitudes profissionais e científicas, como as que foram sugeridas por JD; por outro, se, como estamos sugerindo, isto não deve implicar em conciliação, é necessário então que se dispute a hegemonia deste campo acadêmico, i. é., sua direção moral e intelectual como diria Gramsci (op.cit.), continuando um processo - também iniciado sobretudo nos anos 80 -, em que se confrontaram consenso e conflito e que, na atualidade, poderíamos traduzir em termos de um confronto entre intelectuais orgânicos e intelectuais tradicionais.

Desta forma, não desconsideramos as palavras de JD quando ele afirma que “o pluralismo implica o direito de divergir, de produzir com originalidade, de ser diferente, e esses são requisitos para a criação científica”, e que “em ciências sociais, o consenso possível não se define pela existência de pontos de vista diferentes, mas pela renúncia da absolutização de seu próprio ponto de vista” (190)⁴. Porém, acrescentaríamos que apesar da análise de JD representar um avanço, desde a ótica do conflito a construção do campo acadêmico da EF “não pode apoiar-se unicamente em anseios de solidariedade, liberdade e dignidade...” (OLIVEIRA, op.cit., p.184) no trato com o conhecimento científico, ou poderemos estar aceitando tacitamente as premissas liberais do *laissez-faire* e do *laissez-passe*, e abraçando um conceito de liberdade liberal, no qual

ensinam-nos que temos de lutar contra a opressão social. Todos concordamos. [Mas] (...) existe o risco de aceitarmos a falácia liberal de que a nossa liberdade termina onde começa a dos outros. Devemos, pois, tolerar a liberdade de alguns poucos serem donos de quase todas as terras no Brasil, assim como o direito de algumas famílias monopolizarem todos os meios de comunicação, além de tolerar

⁴ O autor apoiou-se em Demo, Pedro. *Metodologia Científica em Ciências Sociais*. 2ed. SP: Atlas, 1989.

dois ou três empresários controlando toda a produção de cimento no país. São mandamentos para serem seguidos e resumem-se ao principal: a aceitação de uma sociedade em que os meios de produção são privatizados. Todos trabalham, mas somente alguns se apropriam do produto do trabalho da maioria, por intermédio da extração da mais-valia (ibidem)

É na medida em que este conceito liberal de liberdade - que estamos aqui estendendo também ao âmbito da liberdade de pensamento científico e acadêmico -, faz-se presente no campo acadêmico da EF, protagonizado por intelectuais tradicionais que veiculam uma pedagogia do consenso, fato este agravado pelo contexto dos anos 90, marcado por um forte retrocesso histórico dos movimentos populares radicais, que entendemos ser necessário, em nome do "pluralismo" sim, mas também em nome do conflito, resgatar a noção de que, por um lado, "para se ter acesso à verdade é necessário querer ter acesso à verdade", o que embora não seja suficiente para assegurar a objetividade científica, pelo menos "...é uma condição da prática científica" que, se for

"... deliberadamente submetida a outros fins considerados mais importantes do que a verdade - imperativos éticos, políticos ou pecuniários -, está condenada de antemão do ponto de vista (...) de seu conteúdo de conhecimento" (ibidem). Mas, por outro, se tudo isto auxilia a "eliminar os determinantes exteriores diretos" da prática científica, não é capaz de "eliminar o condicionamento estrutural (sócio-cultural) do pensamento; ela afasta mistificações sicofantas, mas não o ponto de vista de classe" (ibidem).

Em suma...

Argumentamos que ambas as análises - a de JD e a de VM - precisam ser interpretadas à luz do contexto histórico de sua elaboração. Associamos a análise de VM a um período marcado por movimentos na sociedade brasileira que denotavam um forte sentido de luta política, especialmente as de cunho socialista, e que se refletiam na EF em maior ou menor grau. Para VM, a década de 80, se não

alterou correlação de forças na EF brasileira, ao menos fez com que "o debate fosse instaurado, e aos conservadores só resta a alternativa que tanto criticam: a militância política. Militância conservadora, mas militância antes de tudo" (p.26). Enfim, a disputa por hegemonia no pensamento pedagógica da EF, reflexo do processo mais amplo de disputa por hegemonia na sociedade, consolidou-se. Por seu lado, JD aponta outro processo iniciado nos anos 80 e que agora, nos anos 90, se consolidou: a construção do campo acadêmico da EF. Seu estudo, porém, é fruto de um período de forte retrocesso dos movimentos políticos de esquerda e, com ele, dos intelectuais orgânicos. Assim, finalizamos afirmando que: a) ambos os processos iniciados nos anos 80 permanecem vivos, porém atingiram um patamar qualitativamente novo; b) a continuidade da consolidação do campo acadêmico da EF terá presente a disputa consenso x conflito em novos termos. Sugerimos que um deles é a disputa entre intelectuais tradicionais x intelectuais orgânicos.

Defendemos pois a idéia de que, se a construção do campo científico/pedagógica da EF exige o desenvolvimento e o cultivo de hábitos e valores de convívio e comunicação, no seio de sua comunidade acadêmica; nem por isso fica eliminado o fato de que, ao fazê-lo, afirmamos uma dada "visão social de mundo" e, logo, um determinado "ponto de vista de classe". Assim, torna-se necessário disputar a hegemonia - a direção moral e intelectual - deste processo de construção do campo acadêmico e do pensamento pedagógico da EF, num confronto em que certamente estão envolvidos intelectuais tradicionais e intelectuais orgânicos, tal como ocorre na sociedade mais ampla.

Bibliografia

- ABIB, Pedro R. J.. *Entre duas concepções pedagógicas de educação física: uma síntese como proposta*. In: Anais do X Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. Vol. I.. Goiânia: 1997. (p: 89-93).
- BETTI, Mauro. *Educação Física e Sociedade*. SP: Movimento, 1991.
- BRACHT, Valter. *Educação Física e aprendizagem social*. Porto Alegre: Magister, 1992.
- CASTELLANI, Lino. *Educação Física no Brasil: a história que não se conta*. Campinas: Papirus, 1988.
- DAÓLIO, Jocimar. *Educação Física Brasileira: autores e atores da década de 80*. In: Revista Brasileira de Ciências do Esporte, 18 (3): 182-191, 1997.

- GHIRALDELLI, Paulo. *Educação Física Progressista*. SP: Loyola, 1988.
- GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. 8ªed.. RJ: Guanabara, 1989.
- _____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. RJ: Civilização Brasileira, 1882.
- LÊNIN, V. I.. *Obras Escolhidas - tomo I*. Moscou: Progresso, 1977.
- LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. 5.ed.. SP: Cortez, 1994.
- OLIVEIRA, Vítor M. de.. *Consenso e Conflito da educação física brasileira*. Campinas: Papirus, 1994.
- PETRAS, James. *Os intelectuais em retirada*. In: PETRAS, James et al (orgs.). *Marxismo hoje*. SP: Xamã VM Editora e Gráfica, 1994.
- SACRISTÁN, J. Gimeno. *Currículo e diversidade cultural*. In: SILVA, Tomaz T. da &
- SILVA, Tomaz T. da.. *A "nova" direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia*. In: GENTILI, Pablo & SILVA, Tomaz T. da (orgs.). *Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas*. Petrópolis: Vozes, 1995.

Abstract

At this start of two analysis of the physical education on years 80: the Vítor Marinho - whom indicate for the dispute, consensus x conflict in inside - and the Jocimar Daólio - whom indicate the necessity of an communication more advantageous on this scientific community -, to pleading whom the consolidation of academic field of physical education on years 90: a) contain the two points of vision up; b) whom the bout consensus x conflict can seeing as dispute, intellectuals organic x intellectuals traditions.

Keywords: Physical Education - Epistemology - Sociology of the Knowledge
